

## O que se entende por inclusão produtiva dos agricultores familiares? Um estudo de revisão bibliométrica

Diego Neves de Sousa<sup>1</sup>

### RESUMO

A temática “inclusão produtiva” tem ocupado lugar de destaque na agenda política nacional, sobretudo com a criação da Política de Desenvolvimento Territorial e do Programa Brasil Sem Miséria como estratégias para erradicar a pobreza no meio rural. Sobre o significado do referido termo, não há consenso na comunidade acadêmica e tampouco no meio governamental, o qual é abarcado implicitamente por inúmeras políticas públicas, sem que os *policy makers* se preocupem com o que realmente representa. Este artigo é uma revisão bibliométrica para analisar a produção científica sobre a temática “inclusão produtiva dos agricultores familiares” como forma de compreender o que os autores entendem acerca do referido assunto e quais são as asserções sobre os objetos empíricos que estão associados a ele e abordados nos estudos mapeados. Entre os resultados, evidenciou-se que não há uma definição conceitual clara e didática sobre o que se entende por inclusão produtiva dos agricultores familiares, prevalecendo a perspectiva do senso comum. Por sua vez, a fim de viabilizar estratégias para reduzir a pobreza e inserir os agricultores familiares em mercados, a inclusão produtiva tornou-se termo recorrente na pauta acadêmica e política, o que demonstra a significância desta temática para diversos grupos excluídos do meio rural.

**Termos para indexação:** agricultura familiar, desenvolvimento rural, estudo bibliométrico, exclusão, políticas públicas.

### What is understood by productive inclusion of family farmers? A bibliometric review study

#### ABSTRACT

The issue of productive inclusion has been at the forefront of Brazilian political agenda, especially with the creation of a national territorial development policy and the program Brazil Without Poverty as strategies to eradicate poverty in rural areas. There is no consensus about the meaning of the term “productive inclusion” in the academic community, nor in the government environment, which is implicitly embraced by numerous public policies, without policy makers worrying about what it really represents. This article is a bibliometric review intended to analyze the scientific production on the theme: “productive inclusion of family farmers” as a way to understand what the authors perceive about the subject and what are the assertions about the empirical objects that are associated to it and addressed in the mapped studies. Among the results, it was pointed out that there is no clear and didactic conceptual definition of what is meant by the productive inclusion of family farmers, and the common sense perspective prevails. In turn, in order to enable strategies to reduce poverty and to introduce family farmers into markets, productive inclusion has become a recurring term in the academic and political agenda, which demonstrates the significance of this theme for several groups excluded from rural areas.

**Index terms:** family farming, rural development, bibliometric study, exclusion, public policies.

#### Ideias centrais

- Contexto da introdução e proliferação do termo “inclusão produtiva” no âmbito das políticas públicas e nos estudos rurais brasileiros.
- Discussão sobre exclusão/inclusão a partir da teoria funcionalista de Émile Durkheim (final do século XIX) e problematização das acepções do termo exclusão sob a ótica sociológica.
- A mudança do enfoque da exclusão para o enfoque da inclusão nas políticas públicas internacionais, como consequência dos processos de globalização e democratização.
- Os resultados do estudo evidenciam a falta de definição conceitual e sua adequada apresentação nos trabalhos científicos sobre este tema ou temas correlatos.

Recebido em  
13/05/2018

Aprovado em  
06/12/2018

Publicado em  
11/04/2019



This article is published in Open Access under the Creative Commons Attribution licence, which allows use, distribution, and reproduction in any medium, without restrictions, as long as the original work is correctly cited.

<sup>1</sup> Bacharel em Gestão de Cooperativas, mestre em Extensão Rural (UFV), doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), analista da Embrapa Pesca e Aquicultura, Palmas, TO. [diego.sousa@embrapa.br](mailto:diego.sousa@embrapa.br)

## INTRODUÇÃO

O termo inclusão produtiva adquiriu visibilidade no cenário brasileiro, especificamente no ano de 2010, a partir da implantação da Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva (SAIP<sup>2</sup>), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). A partir desse momento, as ações oficiais de inclusão produtiva passaram a fazer parte de várias políticas na agenda do governo federal. Entretanto, no ano seguinte, com a eleição da presidente Dilma Rousseff, tal órgão foi extinto para dar espaço à Secretaria Extraordinária de Combate à Extrema Pobreza. Essa alteração ocorreu pelo discurso do recente governo de promover ações estratégicas para a superação da extrema pobreza.

Nesse cenário, no ano de 2011, foi criado o Programa Brasil Sem Miséria (PBSM), com a proposta de erradicar a pobreza no meio urbano e rural. Um dos eixos priorizados foi concernente a ações de inclusão produtiva, com o objetivo de propiciar o acesso da população em extrema pobreza a oportunidades de ocupação e renda e apresentar estratégias diferenciadas para o meio urbano e o rural. Além disso é preponderante estimular o aumento da produção no campo e a geração de ocupação e de renda na cidade (Brasil, 2012). Com o suporte de distintas políticas públicas que abarcaram este Programa<sup>3</sup>, uma vez que ainda não existiu política específica de inclusão produtiva, constataram-se significativos avanços na dinâmica inclusiva, especialmente para os públicos da agricultura familiar. Mais uma vez, as ações foram esporádicas e descontínuas com o término do PBSM em 2014.

Já a Política de Desenvolvimento Territorial, que inclui o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) e o Programa Territórios da Cidadania (PTC), também destacou fortemente a inclusão produtiva como estratégia voltada para os agricultores pobres – embora, simultaneamente, também demonstrou que o termo comporta uma pluralidade de significados, que respondem a distintos referenciais de desenvolvimento (Cavalcanti, et al., 2014).

Conforme explica Souza (2013), o uso do termo inclusão produtiva é tratado na agenda acadêmica de forma polêmica. Por isso, existe a necessidade de se questionar: Quem? Onde? Como? Por quê? incluir produtivamente. Indo ao encontro disto, agora no âmbito governamental, ainda continua-se com esta indefinição conceitual, pois é dado “novo nome para a velha e desigual relação capital x trabalho” (Souza, 2013, p.290) para as políticas. De forma geral, o termo inclusão produtiva passou a ser utilizado com mais frequência, a princípio pelo MDS para designar os projetos de geração de trabalho e renda articulados às ações de economia solidária e de qualificação profissional que surgiram de parcerias com a iniciativa privada no âmbito do Programa Fome Zero. Num segundo momento, o termo passou a ser utilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>4</sup> ao ser consagrado como um dos eixos estratégicos do PBSM para os públicos do meio rural.

Nessa perspectiva, constatou-se que o conceito de inclusão produtiva é abarcado implicitamente por inúmeras políticas sem que os *policy makers* se preocupem com o que realmente representa, pois há diferentes noções e interpretações generalizadas que podem limitar a formulação, implementação e execução de determinada política pública nos processos de mudança social no rural.

Em síntese, Niederle (2017) salienta que o termo “inclusão produtiva” se tornou um mantra para as ações do Estado, bem como para a sociedade civil organizada, no sentido de que esta expressão genérica assume conotação distinta, conforme os desacordos sobre o espaço de manobra política e as possíveis alternativas que existem para o público empobrecido do meio rural.

<sup>2</sup> A SAIP buscou articular estratégias de inclusão produtiva para as famílias inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal e também de agricultores independentes, unidades produtivas familiares e empreendimentos solidários, com foco na integração ao mundo do trabalho. Com o apoio de convênios e parcerias entre órgãos públicos e privados, a SAIP implementou projetos de formação de mão de obra e qualificação profissional para diferentes setores de produção (Brasil, 2010).

<sup>3</sup> As principais políticas do PBSM foram: Água para Todos (cisternas), Bolsa Verde, chamadas públicas específicas de Ater para os beneficiários do PBSM inseridos nos Territórios da Cidadania, fomento de atividades produtivas, Luz para Todos, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar, e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

<sup>4</sup> O referido ministério foi extinto no ano de 2016, com algumas atribuições repassadas à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), que está ligada à Casa Civil da Presidência da República; e para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

Em decorrência disso, a pergunta para a qual se buscariam respostas seria: *Afinal, o que se entende por inclusão produtiva?* E, diante da emergência e da novidade do tema inclusão produtiva nos estudos rurais, a pergunta demandaria um estudo ainda mais focado, associando-se inclusão produtiva a agricultura familiar.

Este artigo parte de uma pesquisa bibliométrica<sup>5</sup> para a análise da produção científica sobre as questões atinentes à inclusão produtiva dos agricultores familiares, como forma de compreender o que os pesquisadores entendem acerca do referido assunto e quais são as asserções sobre os objetos empíricos que estão associados e abordados nesse conjunto de estudos.

## APONTAMENTOS SOBRE A QUESTÃO DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO

A raiz do conceito de exclusão está intrínseca à teoria funcionalista de Émile Durkheim. Por volta do século XX, a preocupação de Durkheim estava amparada na forma como a ordem social e a estabilidade poderiam ser mantidas em uma sociedade na qual a dinâmica social acompanhava a transição da sociedade agrária para a industrial (O'Brien & Penna, 2008).

A primeira expressiva discussão e aplicação do conceito de exclusão ocorreu no ano de 1974, com o discurso político francês direcionado para ações de intervenção junto aos indivíduos incapazes de se adaptar à sociedade (Aasland & Fløtten, 2001). Mais tarde, no fim da década de 1980, o referido termo foi adotado também por outros países da Europa como um conceito-chave na política social e, em alguns casos, para substituir<sup>6</sup> o conceito de pobreza em resposta à crise do estado de bem-estar social (Rawal, 2008).

Outro destaque que ampliou a aplicabilidade do conceito de exclusão ocorreu após a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, realizada em 1995, na cidade de Copenhague, na Suíça. Assim, a atenção dada ao conceito foi mensurada para ser utilizada em análise de políticas sociais nos países em desenvolvimento. Também constatou-se que, após este evento, o termo foi largamente utilizado por agências de desenvolvimento e em estudos científicos sobre desenvolvimento como forma de melhor compreender a questão da pobreza nos países abaixo da linha do equador (Rawal, 2008).

Dessa forma, desde a década de 1980, o conceito vem se expandindo, e configurou-se como uma das ascendentes temáticas de pesquisas sociológicas (Sposati, 2006). A discussão do tema é ampla e ainda carece de melhor delineamento conforme é relatado por diferentes estudos (Aasland & Fløtten, 2001; Sposati, 2006; Rawal, 2008; Silver, 2015; ONU, 2016).

Uma das questões, como explana Kabeer (2000), é que, dadas as raízes do conceito de exclusão no discurso político dos países do norte, o perigo está no fato que servirá simplesmente para rotular novamente abordagens antigas desenvolvidas para os problemas sociais dos países do sul. Ou seja, promoverá avaliações sobre as realidades do sul em referência ao modelo do norte, o que levará a divergências de contextos.

Segundo apontam Aasland & Fløtten (2001), a problemática sobre a questão da exclusão social é decorrente dos múltiplos significados e interpretações que são atribuídos ao termo pelos diferentes países. Isso torna o conceito vago, uma vez que é empregado para descrever diferentes situações e

<sup>5</sup> Recurso que permite analisar a produção científica de uma área do conhecimento ou tema específico a ser investigado em plataformas de busca de trabalhos acadêmicos.

<sup>6</sup> Para Sposati (1998), quando se tem uma visão alargada do conceito de exclusão social, não se pode remeter ao sinônimo de pobreza. A explicação é que, por conter elementos éticos e culturais, a exclusão também pode remeter aos aspectos de discriminação e estigmatização. Já a pobreza está ligada a uma situação absoluta ou relativa. Assim, o conceito de exclusão amplia a capacidade aquisitiva relacionada à pobreza para as demais condições atitudinais que não se referem somente à capacidade de não retenção de bens. Ou seja, o pobre é o indivíduo que não tem algo, enquanto o indivíduo excluído pode ser aquele discriminado por gênero, sexo, raça, entre outras variáveis. A exclusão social perpassa pelos aspectos culturais, além das discriminações. Isso significa dizer que o pobre não necessariamente será discriminado pela condição de ser pobre, pois a exclusão inclui aspectos relativos ao abandono, à perda de vínculos sociais (e o esgarçamento das relações sociais), que nem sempre passam pela condição sine qua non de pobreza.

processos sociais. Por ser considerada um fenômeno multidimensional, a exclusão é derivada de diferentes condições de vida, como: i) exclusão de direitos formais de cidadania; ii) exclusão do mercado de trabalho; iii) exclusão da participação na sociedade civil; e, por último, iv) exclusão das arenas sociais. Infere-se que a participação dos indivíduos nessas instâncias sugeriria que todos são socialmente incluídos. No entanto, os indicadores de grau de participação devem ser mais bem especificados para uma adequada mensuração.

O estudo da ONU intitulado *Leaving No One Behind: the Imperative of Inclusive Development* também apontou que a exclusão é um fenômeno multidimensional que não se restringe apenas ao contexto da privação material, no qual a pobreza é considerada uma das dimensões. O desafio é mensurar a exclusão social, por causa da falta de fontes de dados padronizadas entre os países. Uma das justificativas para tal fato é que não há uma referência universalmente aceita do que se entende por exclusão. Indo ao encontro disto, sabe-se que existe baixa participação da sociedade no cerne das definições até então apresentadas por acadêmicos, pesquisadores, *policy makers*, entre outros públicos que atuam principalmente em órgãos governamentais e em organizações não governamentais. Sucintamente, o que se constatou é que o processo de exclusão social está delimitado numa condição em que os indivíduos (e seus grupos sociais) são incapazes de participar inteiramente na vida social, econômica, política e cultural. (ONU, 2016).

Por sua vez, Rawal (2008) apregoa que o conceito de exclusão carece de universalidade na forma como é definido e empregado, principalmente nas questões atinentes às políticas públicas. Em suma, o autor relata que a questão da exclusão é entendida de forma dualista: alguns percebem que o referido termo contribui para que seja mais esclarecedora a dinâmica dos grupos mais desfavorecidos, enquanto outros advertem que o termo é tão evocativo, multidimensional e elástico, que pode ser interpretado de distintas formas. Isto é reflexo da ambiguidade na definição conceitual que permite ter a condição de dizer qualquer coisa para todos os indivíduos.

Sob a ótica de Sposati (2006), o que se verifica é a banalização do termo exclusão, fruto da substituição dos conceitos de “opressão, dominação, exploração, subordinação entre outros tantos que derivam do exame crítico da luta de classes da sociedade salarial, como mera modernização da definição de pobre, carente, necessitado, oprimido” (Sposati, 2006, p.5). De forma geral, Sposati (1998, p.3) considera que a exclusão social é confrontada “diretamente com a concepção de universalidade e com ela a dos direitos sociais e da cidadania”. Por isso, chega-se à conclusão que uma situação de exclusão é a própria negação da cidadania.

Para Nascimento (1994), o conceito de exclusão está mais próximo da oposição de coesão social ou da perspectiva de ruptura do vínculo social. Além disso,

[...] por similitude, encontra-se próximo, também, do conceito de estigma e mesmo, embora menos, do de desvio. Neste caso, entre outras, a diferença reside no fato de que o excluído não necessita cometer nenhum ato de transgressão, como o desviante. A condição do excluído é lhe imputada do exterior, sem que para tal tenha contribuído diretamente ou mesmo indiretamente (Nascimento, 1994, p.30).

Numa tentativa de problematizar as acepções do termo exclusão sob a ótica sociológica, Nascimento (1994) aponta três tipos.

A primeira acepção é mais ampla e genérica, a qual refere-se ao processo de não reconhecimento do outro, ou de rejeição, ou de intolerância. A sinalização é de uma “representação que tem dificuldades de reconhecer no outro direitos que lhe são próprios” (Nascimento, 1994, p.31). Com isso, averigua-se que o termo exclusão aproxima-se de qualquer ordem de discriminação, pois esta seria uma maneira de exclusão.

Já a segunda interpretação está ligada ao fato que o não reconhecimento é traduzido numa clara exclusão de direitos. Verifica-se isto nos grupos sociais que não têm integração no mundo do trabalho e que muitas vezes não possuem condições mínimas de vida: “Em grande parte eles se confundem com o que em alguns países se denomina de ‘novos pobres’. Os efeitos são de discriminação, mas também de exclusão de direitos” (Nascimento, 1994, p.32).

A ideia da terceira acepção é a do não reconhecimento, que perpassa pela negação ou recusa de direitos, que o autor denomina de “nova exclusão”. Nesta interpretação, configura-se uma determinada situação em que os grupos sociais passam a não ter direito a ter direitos. Assim, pode ocorrer o efeito de exclusão sem que haja desigualdade social, como bem ilustra Nascimento (1994, p.44): “O excluído moderno é, assim, um grupo social que se torna economicamente desnecessário, politicamente incômodo e socialmente ameaçador, podendo, portanto, ser fisicamente eliminado”.

Neste contexto, é de suma importância caracterizar e problematizar os aspectos da exclusão social como forma de tentar construir o referencial de inclusão, como bem retratou, em alguns pontos, a supracitada literatura.

Rawal (2008) explica que, nas literaturas que dizem respeito ao conceito de exclusão social, quando se remete ao termo inclusão, este é tratado pelos autores de maneira implícita e sem ser problematizado. De forma genérica, o termo inclusão é associado intrinsecamente à exclusão social. É por isso que muitos autores apregoam que os conceitos de exclusão e inclusão são partes inseparáveis da mesma moeda, por serem mutuamente dependentes.

Ainda assim, continua-se com a mesma incógnita na definição conceitual de inclusão. Para Cameron (2006), o significado e a natureza do termo inclusão social são retratados, na maioria das vezes, implicitamente. Assim, somente quando for abordada a questão da inclusão é que se retratará a questão da exclusão em pauta. O referido autor menciona ainda que, em virtude de uma interpretação inadequada do que se entende por inclusão, o foco da atenção tem sido nos problemas vinculados aos indivíduos excluídos.

Verifica-se ainda que a inclusão também pode conduzir a processos de exclusão. Isto ocorre quando os indivíduos excluídos (e seus grupos) conseguem alcançar a inclusão com base na exclusão de grupos ainda mais fracos do que eles próprios (Jackson, 1999).

A inclusão é também definida como o processo de melhoria da participação dos indivíduos na sociedade, especificamente para os indivíduos desfavorecidos, por meio do reforço de oportunidades, acesso a recursos e respeito aos direitos conquistados, conforme observou-se no relatório da ONU (2016).

A crescente atenção internacional dedicada às questões sobre inclusão é consequência da globalização e dos processos de democratização (Silver, 2015). Como se pode notar, a importância deste tema é refletida na sua incorporação direta e indiretamente na Agenda 2030, que inclui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A proposta reconhece que esses ODS são difíceis de serem atingidos sem que as instituições se articulem para propor intervenções sociais aos públicos mais vulneráveis. Com isso, a Agenda 2030 adota amplas metas destinadas a promover o Estado de Direito, ao assegurar o acesso igualitário à justiça e ao promover amplamente a tomada de decisões inclusivas e participativas (ONU, 2016).

Portanto, depois de ser difundida pela Europa, a questão da inclusão se disseminou sobremaneira pelos países da América Latina. O discurso político, que anteriormente era sobre exclusão, passou a ser sobre inclusão, termo considerado aparentemente mais positivo e afirmativo. Neste intento, Silver (2015) afirma que as ideias dos dois termos não são de modo algum opostas, entretanto, são usadas dessa maneira. O que os indivíduos e instituições querem dizer acerca desses conceitos é que, independentemente dos problemas sociais aos quais se referem, variam de acordo com cada contexto em que se encontram.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo consiste em um estudo de fontes secundárias com a proposta de mapear os estudos sobre a inclusão produtiva de agricultores familiares. Para isso, foi realizada a busca bibliográfica

de artigos publicados em periódicos e em anais de eventos científicos na plataforma do Google Acadêmico, por meio da palavra-chave “inclusão produtiva” no título dos trabalhos científicos.

Esta escolha se justificou por ter tido maior probabilidade de encontrar artigos que discutam a temática inclusão produtiva em suas diversas perspectivas, ao invés de encontrar artigos que apenas referenciavam o termo inclusão produtiva em alguma parte do texto sem nenhuma problematização do conceito. Ao ser feita a combinação entre os termos “inclusão produtiva” e “agricultura familiar” no título, não foi encontrado nenhum artigo correspondente. Por outro lado, quando realizada a combinação sem nenhum tipo de restrição na busca, a pesquisa identificou 1.310 trabalhos. Por causa dos resultados extremos, foi necessário selecionar neste estudo apenas os artigos que contêm no título o termo “inclusão produtiva” para obter informações comparativas temporais quanto ao uso desse termo.

Num primeiro momento, com base no critério supracitado, foram encontrados no total 33 artigos sobre a temática inclusão produtiva, mas sem se referir aos agricultores familiares. A discussão desses primeiros resultados consta em Sousa & Niederle (2018). Por sua vez, foi feito outro filtro com os artigos que retratam simultaneamente ambas as temáticas – inclusão produtiva e agricultura familiar –, no qual foram mapeados 11 trabalhos, sendo cinco artigos indexados em revistas científicas e seis artigos em anais de eventos científicos que foram analisados na seguinte fase de análise. Para se chegar a este número, foram excluídos estudos que se repetiram na busca, referentes a trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, relatórios e capítulos de livro.

Após a aplicação desses filtros, o exercício foi ler os artigos, para se ter uma melhor visualização dos estudos e enumeração das seguintes categorias: o título, o ano de publicação, o local da pesquisa, a revista ou o congresso em que foi publicado, o objetivo, o tema, o público pesquisado, a metodologia adotada e os resultados constatados no estudo. Ao final da análise foi realizada a síntese dos principais resultados encontrados por meio das estratégias de inclusão produtiva.

Em síntese, foram poucos os trabalhos mapeados pela falta de estudos nesta temática imbricados com as questões atinentes à agricultura familiar. Isto implica a necessidade e a importância de desenvolver mais trabalhos na área como forma de gerar adequados embasamentos teórico-metodológicos em posteriores intervenções com foco em processos inclusivos.

A pesquisa foi realizada no mês de maio de 2017, com recorte temporal de estudos publicados no período de 2007 a 2016, tomando como análise os títulos dos artigos publicados via web, utilizando a ferramenta de buscas da plataforma Google Acadêmico<sup>7</sup>.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a leitura dos artigos mapeados, foram selecionados os que abordaram o tema central do estudo – ou seja, aqueles que simultaneamente abordam os temas “inclusão produtiva” e “agricultura familiar” – e, como resultado, tem-se 11 artigos, sendo 5 de revistas científicas e 6 de anais de eventos científicos.

No que se refere aos artigos provenientes de revista científica, ao realizar a divisão por estratos, foram identificados um artigo em revista com Qualis B1, um no estrato B2, um no B3 e dois artigos no B4. Constatou-se a concentração de artigos em revistas nacionais e prioritariamente na área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia, conforme se verifica na Tabela 1.

Quanto aos artigos de eventos científicos, a metade deles (3) foram publicados no Congresso Regional da Sober Nordeste, e os outros eventos estão classificados no âmbito internacional (1), nacional (1) e regional (1), conforme é ilustrado na Tabela 2. Averiguou-se que em 2016 houve a

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://scholar.google.com.br/>>. Acesso em: 30 maio 2017

maior quantidade de artigos sobre a temática analisada, conforme explicita a Figura 1, referente à evolução da produção científica mapeada no presente estudo.

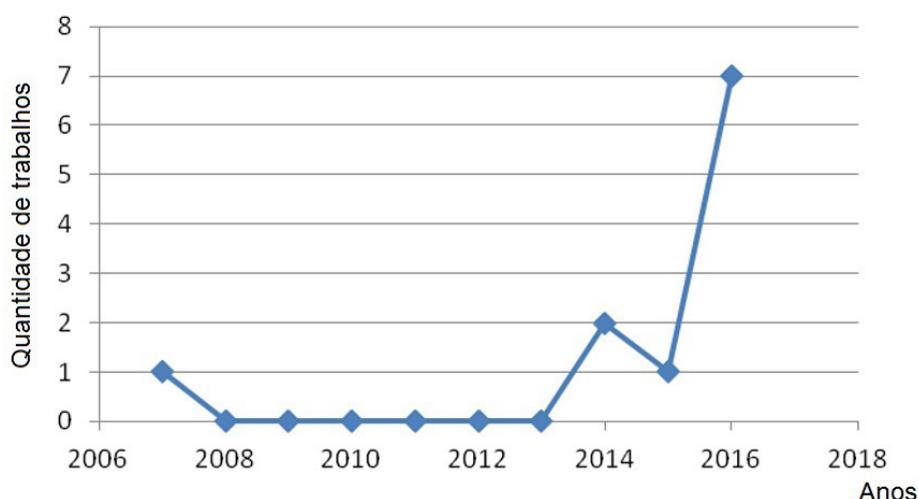
**Tabela 1.** Seleção final dos artigos em revista para análise.

Relação de revistas (artigos selecionados)	Qualis (maior)	Área
Política & Sociedade	B1	Planejamento Urbano e Regional/Demografia; Filosofia; Sociologia; Antropologia/Arqueologia; História
Cadernos de Comunicação	B2	Planejamento Urbano e Regional/Demografia; Letras/Linguística
DRd – Desenvolvimento Regional em Debate	B3	Planejamento Urbano e Regional/Demografia
Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos (Baru)	B4	Planejamento Urbano e Regional/Demografia
Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais	B4	Ciência Política e Relações Internacionais

Neste prisma, encontrou-se um artigo em 2007, mas em que não foi feita nenhuma contextualização sobre inclusão produtiva de agricultores. A partir de 2014 iniciou-se, sem interrupção temporal, a publicação desses estudos. Apesar do aumento, as contribuições ao debate estão longe de se esgotar e constituem, dessa maneira, significativa fonte de pesquisas, pois o termo “inclusão produtiva” comporta uma pluralidade de significados.

**Tabela 2.** Seleção final dos artigos em Anais de Eventos Científicos mapeados.

Nome do evento científico	Classificação do evento científico	Quantidade
Congresso Regional da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober) Nordeste	Regional	3
Congresso Latino-Americano de Agroecologia	Internacional	1
Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais	Nacional	1
Jornada de Iniciação Científica da Unitins	Estadual	1



**Figura 1.** Evolução da produção científica com a presença do termo “inclusão produtiva” em títulos, no período 2007–2016.

Assim, de acordo com os dados obtidos da Tabela 1 e 2, além da Figura 1, verifica-se que são poucos os trabalhos mapeados que tratam especificamente da inclusão produtiva de agricultores familiares. Os artigos com essa temática começaram a ser publicados com mais ênfase a partir de 2014, decorrentes de políticas públicas com foco na inclusão produtiva e/ ou de estudos que apresentam opções de superação da pobreza e inserção de agricultores familiares em mercados por meio de ações de inclusão produtiva.

A maioria (6) dos procedimentos metodológicos utilizados nos estudos mapeados foram as fontes secundárias para caracterizar e analisar o objeto empírico. Em seguida, os métodos de pesquisa utilizados com mais frequência foram a pesquisa exploratória (3), a aplicação de questionários (1) e de entrevistas (1) e, por último, a observação do participante (1), conforme se visualiza na Tabela 3. As informações basearam-se no relato dos autores, no qual foi constatado que houve artigo que utilizou mais de um método de pesquisa.

**Tabela 3.** Métodos de pesquisa citados em artigos.

Métodos de pesquisa	Número de citações
Fontes secundárias	6
Pesquisa exploratória	3
Questionários	1
Entrevistas	1
Observação	1

Quanto à abrangência dos estudos, identificaram-se três estudos com foco no cenário nacional, dois no Rio Grande do Norte e outro no Tocantins, um no âmbito regional, seguido por um na Bahia, outro em Goiás e o último no Distrito Federal. Em suma, a maioria das pesquisas foram realizadas em regiões onde o índice de pobreza no País é mais elevado, sobretudo no Nordeste e Norte, como apontam as informações da Tabela 4. A relação entre a abrangência geográfica dos estudos e as perspectivas dos estudos de inclusão produtiva está relacionada ao fato que as ações governamentais são articuladas com o propósito de incluir produtivamente os agricultores “pobres”.

**Tabela 4.** Abrangência geográfica dos estudos.

Estado/Região	Quantidade
Nacional	3
Rio Grande do Norte	2
Tocantins	2
Nordeste	1
Bahia	1
Goiás	1
Distrito Federal	1

Os estudos tiveram como objeto empírico prioritariamente os agricultores familiares (5), atores protagonistas deste levantamento bibliográfico. Também se destacaram, em dois artigos, estudos simultâneos entre agricultores e técnicos extensionistas. Foram identificados dois estudos com a juventude rural, em especial os jovens agricultores, seguida por pescadores artesanais e os PCT (Povos e Comunidades Tradicionais), com uma frequência cada um, como se verifica na Tabela 5. Diante desses resultados, compreende-se que os públicos ou as categorias da agricultura familiar não foram plenamente problematizados e contextualizados nos trabalhos identificados. Assim sendo, verifica-se a importância de termos outros estudos que discutam a realidade dos diferentes públicos que estão inseridos na categoria da agricultura familiar.

Após análise dos referenciais teóricos, foram identificadas as principais categorias temáticas que se inter-relacionam com os estudos sobre inclusão produtiva. Destacaram-se as políticas públicas (4), seguidas, respectivamente, por mercados (2), extensão rural (2), pobreza (1) e agroecologia (1). Em alguns trabalhos, mais de uma temática foi problematizada. Por isso, alguns trabalhos foram classificados em mais de uma categoria (Tabela 6).

Os temas dos artigos estão concentrados principalmente nos debates sobre políticas públicas. Reis & Ribeiro (2014) analisaram como se dá o processo de inclusão produtiva da agricultura familiar no mercado formal e o grau de inserção das políticas do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no estado de Goiás, principalmente no que tange aos desafios direcionados aos mercados, tais como: infraestrutura, logística e gestão. Apesar de terem a proposta de analisar o processo de inclusão produtiva dos agricultores familiares, os autores não definiram o conceito de inclusão produtiva, e tampouco houve a problematização desse conceito. Concluíram que os fatores que influenciam negativamente a inserção dos agricultores familiares no mercado formal de Goiás estão ligados à ausência de políticas governamentais que garantam infraestruturas mínimas de estradas, educação e saúde no campo, bem como relativas aos aspectos culturais. Além disso, a precariedade do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e o baixo quantitativo de associações e cooperativas com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) jurídica também influenciaram no baixo acesso às políticas públicas e ao mercado formal pelos agricultores familiares.

**Tabela 5.** Públicos prioritários das pesquisas mapeadas.

<b>Público</b>	<b>Quantidade</b>
Agricultores familiares	5
Agricultores familiares e extensionistas	2
Jovens agricultores	2
Pescadores artesanais	1
Povos e comunidades tradicionais	1

**Tabela 6.** Categorias temáticas mapeadas nos estudos sobre inclusão produtiva.

<b>Categorias temáticas</b>	<b>Autores</b>
Políticas públicas	Reis & Ribeiro (2014); Pereira & Vargas (2014); Morais et al. (2016a, 2016b); Carneiro & Santos (2016); Cazella et al. (2016); Lima & Aquino (2016); Petarly et al. (2016); Rodrigues (2016)
Mercados	Reis & Ribeiro (2014); Carneiro & Santos (2016); Cazella et al. (2016); Petarly et al. (2016)
Extensão rural	Pereira & Vargas (2014); Reis & Ribeiro (2014); Rodrigues (2016)
Pobreza	Cazella et al. (2016); Lima & Aquino (2016); Morais et al. (2016a)
Agroecologia	Costa et al. (2007); Barbosa-Silva et al. (2015)

Foi estabelecida, nas duas últimas décadas, uma evidente dicotomia entre as políticas produtivas e aquelas destinadas à assistência social das unidades agrícolas familiares no Brasil. Cazella et al. (2016) analisaram esse processo de dualização das principais políticas públicas destinadas à agricultura familiar. Os resultados apontaram que o apoio, no âmbito econômico, para as atividades produtivas da agricultura familiar tem se concentrado nas camadas intermediárias e consolidadas que já estão inseridas nos mercados agroalimentares. Entretanto, a maior parte dos agricultores familiares é relegada ao assistencialismo social, não integrando as agendas de trabalho das principais organizações agrícolas. Quanto a isso, as políticas sociais das unidades familiares mais frágeis não têm interfaces com as iniciativas voltadas à inclusão produtiva. Mesmo que tais políticas tenham

influenciado na minimização da situação de pobreza dos agricultores, verifica-se, no meio rural, um quantitativo significativo de famílias pobres, principalmente, muitas das vezes, pessoas idosas e sem perspectivas de melhorar a situação econômica.

Morais et al. (2016b) analisam o PNAE como estratégia de inclusão produtiva no Território Açu Mossoró, RN. Compreendem que o programa possibilita a dinamização dos negócios oriundos dos agricultores familiares, fortalecendo cadeias de valor, e elevando a renda e a inclusão econômica. A percepção dos autores sobre a política do PNAE é que a região tem tido grande evolução nos últimos seis anos, embora carece de maior desenvolvimento, principalmente no que diz respeito às questões de infraestrutura produtiva e de beneficiamento, além de melhorias no relacionamento entre gestores e agricultores e no atendimento aos critérios da legislação sanitária. Quanto às questões sobre a inclusão produtiva propriamente dita, esta não foi apresentada na sua essência. Foi apenas inserida no texto para indicar opções de melhorias aos agricultores.

Com o mesmo objeto empírico, Moraes et al. (2016a) avaliaram os investimentos do Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf) na dinâmica de inclusão produtiva do Território da Cidadania de Açu-Mossoró, RN. O Proinf tem como objetivo implementar ações de inclusão produtiva e de infraestrutura no meio rural com o propósito de reduzir a pobreza e as desigualdades sociais, ao gerar maiores oportunidades para o agricultor familiar. No território de Açu-Mossoró, as ações de inclusão produtiva demonstraram resultados modestos, e, dos 16 projetos territoriais contemplados, 12 estão inoperantes. A justificativa é que a gestão municipal tem muitas dificuldades para operacionalizar os projetos, o que acaba comprometendo a eficiência na maioria das obras. No artigo também não é explorado o que se entende por inclusão produtiva. Faz uma ligação com uma política que tem foco na inclusão, mas não detalha as características principais do conceito.

O estudo de Lima & Aquino (2016) demonstra o efeito das características pessoais, do estabelecimento e de acesso às políticas públicas de transferência condicionada de renda e de inclusão produtiva, sobre a renda per capita domiciliar das pessoas e sobre a probabilidade de ser pobre, para aqueles residentes no meio rural do Nordeste brasileiro. Quanto às políticas na esfera da inclusão produtiva, os autores citaram como referência o Pronaf, especialmente a linha de microcrédito para os produtores de baixa renda, operada pela metodologia do Agroamigo do Banco do Nordeste, e também a Atividade de Fomento do PBSM. Os efeitos das políticas no meio rural do Nordeste têm registrado resultados limitados, exceto a Previdência Rural e o Programa Bolsa Família, que têm um amplo público beneficiário. As demais ações apresentam baixa abrangência, como é o caso do Agroamigo e da Atividade de Fomento, que atendem a uma pequena parcela do seu público potencial. Outras limitantes observadas não se resumem apenas à quantidade de recursos disponibilizados, mas também ao fato que um dos principais gargalos das políticas governamentais no combate à pobreza rural é a incipiente articulação das políticas públicas de transferência de renda com as políticas de inclusão produtiva. Concluem que essas políticas são consideradas de suma importância para a melhoria das condições de vida das pessoas pobres do meio rural nordestino. Por sua vez, é necessário que essas políticas sejam articuladas em conjunto no intuito de explorar sinergias.

Rodrigues (2016) discute a política pública que criou o PBSM. O contexto deste Programa envolve vários ministérios e diversas políticas conjugadas para a elevação da renda de pessoas na extrema pobreza. Com o apoio do serviço de Ater, a inclusão produtiva viabilizou o desenvolvimento dessa política no meio rural. No entanto, a extensão rural não consegue abordar todas as carências dos agricultores, mas surge como um serviço com potencial para abarcar diversos processos de intervenção social, em virtude da interação que passa a existir entre o agente extensionista e o agricultor familiar. Entre as reflexões, há indícios de melhorias permanentes aos agricultores que participaram deste Programa, principalmente para aqueles que receberam as infraestruturas, as capacitações e as visitas técnicas. Assim, a função de inclusão produtiva pode ser vista como uma busca coletiva, que almeja a autonomia e a não dependência.

Carneiro & Santos (2016) discutem a importância do atendimento aos Povos e Comunidades Tradicionais pelo Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do PBSM. Esse Programa

atuou na estruturação e fortalecimento de capacidades produtivas dos agricultores em situação de extrema pobreza e na comercialização de excedentes em mercados, principalmente os institucionais. Trata-se de uma estratégia que articulou concomitantemente produção e comercialização. A inserção deste público em ações que fortaleçam suas capacidades produtivas é vista como essencial para a consolidação de estratégias direcionadas à sustentabilidade econômica e socioambiental que resultem em efetiva inclusão produtiva. O Programa também representa importante ampliação na participação dos agricultores nos mercados institucionais. Esta participação é um passo importante para a superação da dependência de ações pontuais e desordenadas destinadas a diferentes categorias da agricultura familiar.

Já o estudo de Pereira & Vargas (2014) discute as estratégias de comunicação, de mobilização social e o processo de vinculação que ocorre entre agricultores em situação de extrema pobreza, os extensionistas e as instituições locais que participam da organização da Atividade Fomento do PBSM inserida no eixo de inclusão produtiva rural. Esta atividade está ligada a duas ações essenciais, uma de Ater, e a outra de transferência de recursos não reembolsáveis, proveniente de fundo perdido, diretamente para as famílias beneficiárias. Com a Atividade Fomento, verificaram-se, por meio de atividades coletivas, oportunidades de aproximação entre as famílias em situação de extrema pobreza, o que fortaleceu os vínculos entre estas e a visibilidade por outros órgãos sociais do município, além de vínculos e corresponsabilidades entre os extensionistas e os agricultores familiares. Outra constatação é que a metodologia do Programa iniciou-se com uma perspectiva difusionista e evoluiu para uma de caráter mais participativa, ao possibilitar a interação entre extensionistas e agricultores, além da construção coletiva dos projetos de inclusão produtiva que foram efetivados na unidade de produção familiar. Entretanto, ao longo do artigo, não foi definido o conceito de inclusão produtiva, mas como se dá a sua imbricação com o PBSM.

Petarly et al. (2016) sistematizaram e descreveram os aspectos inerentes à inclusão produtiva presente no Território Rural do Médio Araguaia, localizado no Tocantins. No entanto, não foi discutido o que se entende por inclusão produtiva rural. Chegaram à conclusão que, apesar da diversificação produtiva da agricultura familiar, ainda é pouco explorada essa potencialidade. Entre as justificativas, destacam-se as limitações nas estruturas de produção e dificuldades no acesso ao crédito, à assistência técnica e ao conhecimento científico empresarial. Outro fator de entrave é a própria estrutura de acesso aos mercados, que é debilitada, pois leva à inviabilidade da comercialização ou desinteresses para serem criados ou inseridos nas cadeias produtivas potenciais no território. Dessa forma, é necessário que as políticas governamentais estejam alinhadas de acordo com o contexto e a realidade vivenciada pelos agricultores, e que haja diálogo entre as esferas federais, estaduais e municipais para garantir a estrutura mínima necessária para inserir a produção dos agricultores nos mercados.

O artigo de Costa et al. (2007) analisou a gestão do sistema agroecológico de hortaliças no processo de inclusão produtiva de jovens agricultores. Neste artigo, só é utilizada a palavra inclusão produtiva na descrição do objetivo do trabalho, com apenas uma referência no corpo do texto. Finalizando o mapeamento, Barbosa-Silva et al. (2015) descreveram a experiência do Curso de Formação Agroecológica e Cidadã para a inclusão produtiva de jovens camponeses, porém, em nenhum momento foi retratado algo sobre inclusão produtiva. Nos artigos com foco na agroecologia, percebeu-se que os autores apenas citaram o conceito de inclusão produtiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os principais apontamentos do estudo, fica evidenciado que não há uma definição conceitual clara e didática sobre o que se entende por inclusão produtiva dos agricultores familiares. Apenas é indicado o que é necessário para amparar as políticas inclusivas. Os autores acreditam que as ações de inclusão produtiva são pontuais e desordenadas, necessitando de políticas articuladas em

conjunto para a exploração de sinergias, além da promoção da construção coletiva e da autonomia dos agricultores a fim de garantir estruturas mínimas necessárias para inseri-los no mercado.

Constatou-se uma diversidade de temáticas (políticas públicas, mercado, extensão rural, pobreza e agroecologia) que estão associadas aos dois termos pesquisados, quando pesquisados simultaneamente. Já no levantamento bibliométrico associado especificamente ao termo “inclusão produtiva”, descrito em Sousa & Niederle (2018), foi possível identificar também que, na maioria dos estudos mapeados, o senso comum superou os influxos de uma abordagem mais teórica. Nos últimos anos, por causa da efervescência de políticas públicas que buscam alternativas para agricultores que “precisam” ser incluídos (os “pobres rurais”), o termo tem sido utilizado como palavra de ordem para a ação do Estado.

Foi notável a evolução no número de publicações sobre a temática, principalmente no ano de 2016, referentes às recentes políticas governamentais que contemplam algum tipo de ação inclusiva, com destaque para a ação de fomento às atividades produtivas rurais do Programa Brasil Sem Miséria, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa de Aquisição de Alimentos, entre outras políticas sociais, territoriais e de comercialização que tentaram diminuir a pobreza dos agricultores excluídos e aumentar sua inserção em mercados.

Apesar dos avanços no campo da inclusão produtiva, averiguou-se a falta de uma política específica desta temática. Os desafios para a agricultura familiar, diante do novo cenário político e econômico, são ainda maiores com a extinção, em 2016, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, fato que tende a diminuir as oportunidades para o público da agricultura familiar. Ficam ainda as incertezas sobre a continuação das políticas e dos direitos conquistados.

Se, por um lado, o termo *inclusão produtiva* tornou-se termo recorrente em estudos socioeconômicos e na agenda política, com base na ideia de viabilizar estratégias para reduzir a pobreza, demonstrando a significância desta temática para o empoderamento dos diversos grupos excluídos da sociedade, por outro lado, pode ser notada a falta de definição conceitual (e sua adequada apresentação) nos trabalhos científicos, sendo o termo *inclusão produtiva*, na maioria das vezes, utilizado para ilustrar opções inclusivas para os agricultores familiares em situação de pobreza, sem a problematização do referido termo. Ou seja, apenas é citado no corpo do texto, sem nenhum tratamento conceitual.

## REFERÊNCIAS

- AASLAND, A.; FLØTTEN, T. Ethnicity and Social Exclusion in Estonia and Latvia. **Europe-Asia Studies**, v.53, p.1023-1049, 2001.
- BARBOSA-SILVA, D.; STARR, C. R.; DINIZ, J. D. A.S; MOLINA, M. C; OLIVEIRA, M. N. S. Curso de Formação Agroecológica e Cidadã para a inclusão produtiva de jovens camponeses. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE AGROECOLOGÍA, 5., 2015, La Plata. **Memorias**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2015.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Desenvolvimento social e combate à fome no Brasil: balanço e desafios**. Brasília, 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Plano Brasil Sem Miséria**. Brasília, 2012.
- CAMERON, A. Geographies of welfare and exclusion: social inclusion and exception. **Progress in Human Geography**, v.30, p.396-404, 2006.
- CARNEIRO, C.; SANTOS, C.N. A importância do programa de fomento às atividades produtivas rurais para a inclusão produtiva de povos e comunidades tradicionais. **Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos (BARU)**, v.2, p.164-175, 2016. DOI: 10.18224/baru.v2i2.5270.
- CAVALCANTI, J.S.B.; WANDERLEY, M. de N.B.; NIEDERLE, P.A. (Org.). **Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife: UFPE, 2014. 439p.
- CAZELLA, A.A.; CAPELLESSO, A.J.; MEDEIROS, M.; TECCHIO, A.; SENCÉBÉ, Y.; BÚRIGO, F.L. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, v.15, p.49-79, 2016. Edição Especial. DOI: 10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p49.

- COSTA, J.G.F.; ARCHANGELO, E.R.; COSTA, A.C.T.; MORAES, B.L.F.; PEREIRA, A.J.; FERNANDES, C.S.; ALMEIDA, I.W. Sistemas de gestão agroecológico no processo de inclusão produtiva de jovens agricultores. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNITINS, 14., 2007, Palmas. **Anais**. Palmas: Unitins, 2007. p.54-61.
- JACKSON, C. Social Exclusion and Gender: Does One Size Fit All? **The European Journal of Development Research**, v.11, p. 125-146, 1999.
- KABEER, N. Social exclusion, poverty and discrimination: towards an analytical framework. **IDS Bulletin**, v.31, p.83-97, 2000. DOI: 10.1111/j.1759-5436.2000.mp31004009.x.
- LIMA, J.R.F. de; AQUINO, J.R. de. Renda e pobreza no meio rural do Nordeste: efeitos das características individuais, do domicílio e do acesso aos programas governamentais de transferência de renda e de inclusão produtiva. In: CONGRESSO REGIONAL DA SOBER NORDESTE, 11., 2016, Mossoró. **Desenvolvimento territorial, políticas públicas e sustentabilidade: novos olhares sobre o Nordeste rural: anais**. Mossoró: UERN, 2016. p.770- 778.
- MORAIS, V. de M.; POMPEU, A.H.F.; NUNES, E.M. Dinâmica territorial de inclusão produtiva: avaliação dos investimentos de infraestrutura e serviços em territórios rurais (PROINF) no Território da Cidadania Açu-Mossoró (RN). In: CONGRESSO REGIONAL DA SOBER NORDESTE, 11., 2016, Mossoró. **Desenvolvimento territorial, políticas públicas e sustentabilidade: novos olhares sobre o Nordeste rural: anais**. Mossoró: UERN, 2016a. p.543-560.
- MORAIS, V. M.; SILVA, C. R. F.; POMPEU, A. H. F. A política pública do PNAE como estratégia de inclusão produtiva no Território Açu Mossoró/RN. In: CONGRESSO REGIONAL DA SOBER NORDESTE, 11., 2016, Mossoró. **Desenvolvimento territorial, políticas públicas e sustentabilidade: novos olhares sobre o Nordeste rural: anais**. Mossoró: UERN, 2016b. p.436-450.
- NASCIMENTO, E. P. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. **Cad. CRH**, Salvador, n.21. p.29-47, 1994.
- NIEDERLE, P.A. Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In: DELGADO, G.C.; BERGAMASCO, S.M.P.P. (Org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017. p.168-196.20 21
- O'BRIEN, M.; PENNA, S. Social exclusion in Europe: some conceptual issues. **International Journal of Social Welfare**, v.17, p.84-92, 2008. DOI: 10.1111/j.1468- 2397.2006.00478.x.
- ONU. Organização das Nações Unidas. **Leaving no one behind: the imperative of inclusive development**. New York, 2016.
- PEREIRA, A.; VARGAS, D.L. de. Programa Brasil Sem Miséria e as estratégias de comunicação e mobilização social: um olhar para a inclusão social e produtiva. **Cadernos de Comunicação**, v.18, p.207-220, 2014. DOI: 10.5902/2316882X16152.
- PETARLY, R.R.; CANÇADO, A.C.; MILAGRES, C.S.F.; MOURA, M.T. de B.; , W. P. de. As possibilidades e desafios do território rural do Médio Araguaia para a inclusão produtiva. **DRd – Desenvolvimento Regional em Debate**, v.6, p.62-82, 2016. DOI: 10.24302/drd.v6i3.1095.
- RAWAL, N. Social inclusion and exclusion: a review. **Dhaulagiri Journal of Sociology and Anthropology**, v.2, p.161-180, 2008. DOI: 10.3126/dsaj.v2i0.1362.
- REIS, S.F.; RIBEIRO, D.D. Inclusão produtiva e as políticas públicas para a agricultura familiar no estado de Goiás. In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 6., 2014, Araraquara. **Por que a reforma agrária continua atual e necessária?** Anais. Araraquara: Uniara, 2014.
- RODRIGUES, L.V. de N. Plano Brasil sem Miséria: a inclusão produtiva rural para pescadores do sertão do São Francisco. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v.1, p.47-69, 2016.
- SILVER, H. **The contexts of social inclusion**. New York: Department of Economic and Social Affairs, 2015. 30p. (DESA. Working Paper, n.144).
- SOUSA, D.N. de; NIEDERLE, P.A. A produção científica brasileira sobre o que se entende por inclusão produtiva: um recorte temporal entre 2005 a 2016. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 23, 2018.
- SOUZA, F.V.F. de. Assistência social e inclusão produtiva: algumas indagações. **O Social em Questão**, ano 17, p.287-298, 2013.
- SPOSATI, A. A fluidez da inclusão/exclusão social. **Ciência e Cultura**, v.58, p.4-5, 2006.
- SPOSATI, A. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**. São Paulo: [s.n.], 1998. Digitado. Exposição originalmente apresentada no Seminário de Exclusão Social, realizado na PUC/SP, em 23 de abril de 1998.